

Ata Resumo da Reunião n.º 27/2019 – 16/12/2019

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1.** Aprovação da Ordem de Trabalhos;
- Ponto 2.** Aprovação da Ata e da Ata Resumo da última reunião;
- Ponto 3.** Análise das consequências para a ADSE da Lei Orgânica do Governo;
- Ponto 4.** Parecer sobre o Orçamento da ADSE para 2020;
- Ponto 5.** Análise da Proposta do Conselho Diretivo de Revisão do Decreto-Lei n.º 118/83;
- Ponto 6.** Tabelas em Regime Convencionado – Ponto de situação;
- Ponto 7.** Situação dos Reembolsos em Regime Livre – Ponto de situação;
- Ponto 8.** Admissão de Pessoal – Ponto de situação;
- Ponto 9.** Outras Informações e assuntos diversos;
- Ponto 10.** Marcação da próxima reunião.

Foram aprovadas por unanimidade a Ata e a Ata Resumo da reunião realizada em 11/11/2019.

O CGS registou a mudança da tutela do Ministério da Saúde para o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública.

Relativamente ao Ministério da Saúde, a ADSE deve manter relações com o Ministério da Saúde, face a ser um Instituto com responsabilidades na Saúde dos trabalhadores da Administração Pública. Nesse sentido o CGS, vai insistir na resposta à reunião pedida à Ministra da Saúde.

O CGS decidiu só emitir Parecer sobre a proposta de Orçamento quando este estiver acompanhado da proposta de Plano de Atividades para 2020. Para preparação do Parecer está a realizar reuniões em Grupo de Trabalho.

O CGS vai emitir Parecer sobre a proposta de Revisão do Decreto-Lei n.º 118/83, apresentada pelo Conselho Diretivo.

Vários Conselheiros manifestaram a sua frontal oposição ao facto da mesma incluir o fim dos isentos.

O CGS registou que não houve evolução na proposta de revisão das Tabelas do Regime Convencionado, insistindo na necessidade da sua rápida apresentação.

O CGS manifestou a maior preocupação pelo atraso verificado nos Reembolsos do Regime Livre e da ausência de um plano adequado para recuperação dos atrasos. O plano deve incluir o reforço de Pessoal e também medidas a nível dos procedimentos e a celebração dos Protocolos com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

Nesse sentido solicitou informações sobre a admissão de pessoal.

O CGS insistiu:

- Na urgência de retomar os Acordos de Capitação com as Juntas de Freguesia;
- Na clarificação da questão dos medicamentos oncológicos e da informação adequada aos Beneficiários;
- Na necessidade de celebrar mais Convenções com os Prestadores de Saúde.